

L E I Nº 3.355

"Dispõe sobre a doação de área de propriedade do Município, ao CREA-SP – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo e dá outras providências."

DR. DAGOBERTO DE CAMPOS, Prefeito Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

- ARTIGO 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à doação de área da municipalidade ao CREA-SP Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob nº 60.985.017/0001-77, área esta com 880,00 metros quadrados, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, na Secção Ponte Pensa da Fazenda Tietê, perímetro urbano desta cidade, dentro das seguintes divisas e confrontações:-
 - "Pela frente, medindo 22,00 metros, confrontando-se com a Rua Marechal Castelo Branco; pelo lado direito de quem olha o terreno de frente, medindo 40,00 metros, confrontando-se com o terreno da área "C" SINDSERV; do lado esquerdo de quem olha o terreno de frente, medindo 40,00 metros, confrontando-se com o terreno da área "A" do CREA; e, finalmente pelos fundos, medindo 22,00 metros, confrontando-se com o terreno da área "D", da APAE".
- ARTIGO 2º A presente doação destina-se única e exclusivamente à ampliação da sede própria da Inspetoria Regional do CREA-SP de Pereira Barreto, para abrigar sala de reuniões e afins.
- ARTIGO 3° Fica estipulado o prazo de 06 (seis) meses para o início das obras, e de 24 (vinte e quatro) meses para o seu término, contados igualmente da publicação da presente Lei.
- ARTIGO 4º As plantas e/ou projetos pertinentes às edificações deverão ser aprovados pelos órgãos competentes nos termos da Legislação vigente.





ARTIGO 5° - O não cumprimento das disposições constantes nos Artigos 2° e 3° desta Lei, implicará na revogação de pleno direito da doação, independentemente de qualquer direito a ressarcimento por parte do Município, facultando a donatária a retirada das benfeitorias porventura erguidas na área sob as suas expensas.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u>: A donatária terá o prazo de 06 (seis) meses para a retirada das benfeitorias, conforme previsto no "caput" deste Artigo, findo o qual as benfeitorias eventualmente não retiradas serão incorporadas ao patrimônio do Município.

- ARTIGO 6° Ocorrerá ainda à retrocessão automática igualmente disposto no Artigo 5° desta Lei, quando :-
 - 1º Houver extinção da Inspetoria ou paralisação das atividades por um período superior a 12 meses;
 - 2º For dada ao imóvel destinação diversa da constante no Artigo 2º desta Lei, sem autorização expressa do Executivo e Legislativo.
- ARTIGO 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paço Municipal "Francisco Vidal Martins", 16 de junho de 2005.

DR. DAGOBERTO DECAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada nesta Secretaria, na data supra.

Tânia Andrade Victor de Brito SECRETARIA ADMINISTRATIVA

